

EFEITOS DO CIENTÍFICO NA CONSTITUIÇÃO DA LINGÜÍSTICA E DA TEORIA LITERÁRIA NA UNICAMP¹

Ana Cláudia Fernandes Ferreira
Universidade Estadual de Campinas, Fapesp

Introdução

Em textos de lingüistas de filiações teóricas distintas e vinculados a espaços científicos diversos, dentro e fora do Brasil, podemos vislumbrar uma definição bastante freqüente sobre a lingüística, que se apresenta, ao menos à primeira vista, como inquestionável: *A Lingüística é a ciência da linguagem*. Podemos dizer que tal definição se sustenta sob o efeito de evidência da unidade de uma ciência – nos termos de Domini-que Lecourt (1980): “a noção ideológica unitária de “a ciência”” (p. 13).

Este trabalho se inscreve no domínio da História das Idéias Lingüísticas – HIL, sob uma perspectiva materialista, configurada a partir dos dispositivos teórico-analíticos da Análise de Discurso na linha dos estudos de M. Pêcheux e E. Orlandi, e dos dispositivos analíticos da Semântica da Enunciação, na linha dos estudos de E. Guimarães. A partir desta perspectiva de HIL, considero o discurso *do científico* como um espaço privilegiado de funcionamento da *vontade de verdade* (Foucault, 1998), que tomou diversas formas em nossa história. Não se trata de considerar o científico enquanto uma categoria pré-estabelecida. No entanto, ele funciona como se assim fosse, sob a evidência de unidade e de homogeneidade, como uma etiqueta a-histórica que legitima e divide os saberes.

No presente trabalho, busco refletir sobre os efeitos do científico no processo de institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp, tendo como ponto central as relações estabelecidas entre Lingüística e Teoria Literária. Para a realização desse trabalho, construí um *arquivo de leitura* (Pêcheux, 1982), tendo como material de análise documentos institucionais da Unicamp (em grande parte) que trouxessem tex-

tualidades relativas à constituição da Lingüística e da Teoria Literária. Esse arquivo de leitura consiste em recortes² de textos de diversos tipos conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp – AC/Siarq. O processo de construção do arquivo de leitura demandou uma pesquisa sobre outros textos que envolvem a história dos estudos da linguagem no Brasil. Este arquivo foi sendo construído com base na seguinte pergunta: *Que relações se estabelecem entre Lingüística e Teoria Literária, nestes textos, relativamente ao científico?*

Os recortes analisados foram feitos sobre os seguintes textos:

- Texto de Aires da Mata Machado, “Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica”, apresentado em 1958 no Primeiro Simpósio de Filologia Românica, Rio de Janeiro, e publicado nos Anais desse evento, em 1976.
- Resolução S/N, do Conselho Federal de Educação, de outubro de 1962, que fixa os currículos mínimos para a Licenciatura plena em Letras;
- Leis sobre a criação da Unicamp, de 1962 e de 1967, pertencentes aos documentos da Reitoria da Unicamp;
- “Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas”, de outubro de 1968, pertencente aos documentos da Secretaria Geral da Unicamp sobre a organização do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH;
- Textos diversos relativos à elaboração dos primeiros Estatutos da Unicamp, de 1969;
- Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz, de 25 de julho de 1969, que pertence aos documentos da Secretaria Geral da Unicamp sobre a organização do IFCH;
- Documentação de 1972, enviada ao Conselho Estadual de Educação – CEE, pertencente ao processo 2965 do IFCH vol. I, intitulado de *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*;
- “Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras”, de 1975, pertencente ao processo do Instituto de Letras, n°. 2448, intitulado de *Projeto de Estruturação*;
- Recortes dos jornais campineiros Diário do Povo e Correio Popular, de outubro de 1968 e de agosto de 1976;
- Proposta “Instituto de Estudos da Linguagem – IEL”, de novembro de 1976, pertencente ao processo 7968/76 do IFCH, intitulado *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*.

É importante salientar que as relações de sentido entre Lingüística e Teoria Literária presentes nestes materiais de arquivo institucional não são necessariamente as mesmas que foram se estabelecendo nas práticas de ensino e pesquisa no IFCH e no IEL. Ou seja, não há uma coincidência necessária entre os *dizeres sobre* destes materiais e os *dizeres sobre* praticados por vários docentes – que se filiam a diferentes posições no trabalho de ensino e pesquisa das diversas disciplinas de Lingüística e Teoria Literária. Por outro lado, também não se pode desconsiderar o fato de que estes *dizeres sobre* dos materiais institucionais produzem efeitos nos *dizeres sobre* das práticas de ensino e pesquisa dos estudos da linguagem na Unicamp e vice-versa³.

Também cabe assinalar que há uma heterogeneidade de nomes que designam os domínios do saber recobertos pela Lingüística e pela Teoria Literária nos materiais analisados. Alguns dos nomes encontrados são os seguintes: Lingüística, Estudos Lingüísticos, Literatura, Teoria da Literatura, Teoria Literária e Estudos Literários. Nos textos analisados, a distinção entre Lingüística e Teoria Literária não significa da mesma maneira que a distinção entre Estudos Lingüísticos e Estudos Literários. E as relações Lingüística/Estudos Lingüísticos e Literatura/Estudos Literários/Teoria da Literatura/Teoria Literária podem ou não significar a partir de um efeito de sobreposição⁴.

No decorrer deste trabalho, os nomes Lingüística e Teoria Literária são tomados como *paradigmas* em relação aos outros, mas isso não se deve a uma “constatação empírica” de que tais nomes sejam efetivamente paradigmas dos demais. O critério utilizado na definição de dois desses nomes como paradigmas é o de sua institucionalização, na Unicamp, enquanto nomes de Departamento do atual Instituto de Estudos da Linguagem, além de nomes de curso de Graduação, de Pós-Graduação e de disciplina destes cursos⁵.

1. Ler o Arquivo Hoje

O artigo “Ler o Arquivo Hoje”, de Michel Pêcheux (1982), é um texto essencial para se pensar, de uma perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, a questão do arquivo e da leitura de arquivo, da língua e de sua materialidade, dentre tantas outras questões. Esta obra começa por analisar a questão da leitura de arquivo através de uma história das idéias de duas culturas, designadas como “literária” e “científica”. O autor busca observar, nessas culturas, como a língua é concebida, as maneiras distintas de ler o arquivo e o abismo que foi se ampliando entre elas. Pêcheux observa que em ambas as culturas o *fato da língua* é contornado. A materialidade da língua é concebida, na maioria das vezes, apenas

como um meio transparente, ou então como a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar “as próprias coisas” (p. 63). Dessa maneira, para estas duas culturas, a leitura não é tomada como uma questão e a construção do arquivo não é tomada como uma leitura.

Pêcheux define *arquivo* no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p. 57). Assim, o arquivo pode ser, por exemplo, um banco de dados, uma biblioteca ou um conjunto de documentos levantados por um pesquisador para seu trabalho particular. A partir desta definição de *arquivo*, cabe perguntar: Que documentos seriam pertinentes? E também: Para quem são pertinentes? Sobre este ponto, é interessante destacar algumas relações estabelecidas no texto de Pêcheux entre as Instituições, o arquivo e a memória histórica. A pertinência de determinados documentos tem a ver com o papel das Instituições sobre os diferentes modos de se ler o arquivo e o papel do arquivo na gestão da memória histórica.

A *leitura de arquivo*, para o autor, envolve desde uma leitura “individual” dos “literatos” sobre seus arquivos, passando pela própria construção desses arquivos por eles, bem como outros tipos de construção de arquivo, como aqueles realizados por escrivãos, copistas e técnicos especializados, por exemplo. Estas diversas maneiras de se ler o arquivo são sempre reguladas por uma divisão social do trabalho de leitura: “a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações...” (p. 58).

Pêcheux observa que atualmente a divisão social do trabalho de leitura entre “literatos” e “cientistas” está se reorganizando. As demandas de “objetividade” para o tratamento de “dados” textuais, vindas de diversos setores da sociedade (Igreja, Estado, empresas) encontram legitimidade através de uma referência à “ciência” e têm, na informática, suas condições materiais de realização.

Para o autor, a difusão maciça da informática para estes fins abre a possibilidade de *expansão* dos privilégios “literários” da leitura para outros setores como os discursos políticos e publicitários, lugares em que a prática da “leitura literal” se mostraria insuficiente. Ao mesmo tempo, há a possibilidade de uma *restrição* dos privilégios da leitura interpretativa, como resultado “de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa” (p. 60).

Nesta re-divisão social do trabalho de leitura, ao considerar “a *existência da lingüística*, como disciplina “de entremeio”, incapaz de se dis-

por incondicionalmente, nem do lado dos “literatos” nem do lado dos “cientistas”” (p.62), Pêcheux produz um deslocamento sobre a questão da leitura do arquivo, que deve ser analisada, considerando a materialidade da língua. E a materialidade da língua, da perspectiva da Análise de Discurso, comporta em seu interior o deslize, a falha e a ambigüidade, a partir dos quais há possibilidade de jogo para o sujeito.

Desta perspectiva, a realização do trabalho de leitura de arquivo implica também lançar mão das tecnologias da informática, mas não como uma simples aplicação e sim como uma apropriação destas, no confronto com a “*materialidade da língua na discursividade do arquivo*” (p. 63).

O trabalho de leitura do arquivo que desenvolvo se fundamenta a partir do modo como é discutido nessa obra de M. Pêcheux, sob a perspectiva da História das Idéias Lingüísticas. Desenvolver esse trabalho, sob essa perspectiva, requer levar em conta que a língua não é transparente e que a história não é algo de que o analista possa se desvencilhar, colocar-se à parte; não é um exterior que possa ser observado de fora. A prática teórico-analítica deve se dar sobre a opacidade constitutiva da língua, que não se contorna e que produz as evidências *do* sentido, as quais são construídas historicamente.

Para minha pesquisa, que se desenvolve sobre documentos de arquivo institucional, há um aspecto fundamental a ser levado em conta. A seleção e organização dos documentos que compõem um arquivo institucional, como o material conservado no AC/Siarq, se fazem incluindo e excluindo o que, historicamente, é possível de ser tomado como pertinente e disponível. Ou seja, o arquivo se constitui a partir do que é passível de ser significado enquanto fato ou dado pertinente.

O arquivo é construído pela Instituição, é opaco e não é dado *a priori*, lembrando aqui Guillaumou & Maldidier (1984). O arquivo, escrevem os autores, “não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (p. 164). Ao mesmo tempo, a construção do arquivo do analista, feita a partir da leitura e análise de recortes do arquivo institucional, não é automática. Não se trata do mesmo arquivo (no caso de meu trabalho, o arquivo do AC/Siarq e meu arquivo de leitura), pois não se está no mesmo lugar teórico-metodológico e as questões que levam a construção dos arquivos são distintas.

A construção de meu arquivo de leitura pode ser compreendida como um *processo* que coloca questões ao longo do trabalho de leitura do arquivo institucional e produz um arquivo específico, dentro de uma perspectiva em que não é possível fazer história como se estivesse fora dela. Como se os dados já estivessem prontos, aguardando serem descobertos e descritos.

O arquivo de leitura não se fecha. E, por isso mesmo, não se coloca sob uma necessidade de exaustividade ou completude. A leitura do arquivo construída sempre será uma dentre outras possíveis. Ela não produz a sua des-opacização, mas uma compreensão⁶ de alguns de seus aspectos. No percurso de leitura e análises, o modo como se cruzam as “informações” produz uma história. Desse modo, no percurso de construção deste arquivo de leitura, busquei, além de informações e datas, conhecer um pouco dos efeitos do científico na constituição da Lingüística e da Teoria Literária na Unicamp.

É importante ressaltar algumas distinções entre as análises de M. Pêcheux sobre as culturas “científica” e “literária” e as minhas análises sobre os domínios do saber da Lingüística e da Teoria Literária. No texto de Pêcheux, as culturas “científica” e “literária” designam domínios amplos de práticas de conhecimento que não se resumem em domínios do saber disciplinares, como a Estatística, a Literatura ou a Teoria da Literatura, por exemplo. Em minhas análises, Lingüística e Teoria Literária designam, sobretudo, domínios do saber disciplinarizados, mas também nomes de Departamentos, de cursos, de programas de disciplina, etc. E, também, nome de uma ciência, no caso da Lingüística. A Lingüística e a Teoria Literária, enquanto domínios do saber disciplinarizados, também se inscrevem, de certo modo, no interior das culturas “científica” e “literária”.

Com este trabalho pretendo contribuir para uma reflexão sobre o lugar do *científico* na Lingüística e na Teoria Literária nesses materiais de arquivo da Unicamp. A leitura do texto de M. Pêcheux e as análises realizadas permitiram distinguir maneiras diferentes de compreender o espaço de um domínio do saber:

no entremeio, no qual se aceita teoricamente suas contradições,
e nos espaços unos construídos institucionalmente, nos quais se procura apagar as contradições.

2. Um Breve Histórico e Primeiras Análises

O histórico apresentado a seguir não pretende ser exaustivo. Seu objetivo é apontar para alguns aspectos do processo de introdução da Lingüística nas Instituições universitárias brasileiras, que me pareceram relevantes para uma compreensão das relações entre Lingüística e Teoria Literária na Unicamp.

A partir do século XIX, a palavra *lingüística* começa a ser introduzida em gramáticas e em outras produções no Brasil. Com a criação das faculdades de letras, no início da década de 1930, a palavra *lingüística* começa a aparecer enquanto *matéria* da disciplina Filologia, por exem-

plo. Aos poucos, *lingüística* começa a comparecer como nome de *disciplina* e de *curso*. A partir de 1950, *lingüística* tornou-se nome de *setor*, *cadeira*, *departamento* e *programa de pós-graduação*.

Em São Paulo, no ano de 1934, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a criação da Universidade de São Paulo – USP. A Seção de Letras sofreu diversas mudanças em sua estrutura no decorrer de seu funcionamento. Apresento aqui alguns dos momentos dessas mudanças.

Em 1953, todas as Cadeiras da Seção de Letras se reuniram em um Departamento de Letras.

Em 1959, foi criado, junto às Letras, um Curso de Teoria Geral da Literatura, tendo Antônio Candido como professor responsável. Este curso foi instalado no ano seguinte e passou, posteriormente, à categoria de disciplina autônoma, denominada Teoria Literária e Literatura Comparada. A fundação do Departamento de Teoria Literária deu-se posteriormente, em 1990.

Em 1962, foi criada a Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, em substituição à Cadeira de Etnografia de Língua Tupi-Guarani.

Em 1966, a Seção de Letras estava estruturada da seguinte maneira: Divisão de Letras Clássicas e Vernáculas, com o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e o Departamento de Letras Orientais; e Divisão de Letras Modernas, com o Departamento de Letras Germânicas, o Departamento de Letras Românicas e o Departamento de Teoria da Literatura e das Artes.

Em 1965, teve início a Pós-Graduação em Lingüística, como um curso de Especialização em Lingüística Geral, criado pelo professor Theodoro Henrique Mauer Jr, a pedido de três alunos seus: Emílio Giusti, Lelia Erbolato e Eni Orlandi. No ano seguinte, a Especialização passou a ser reconhecida como Curso de Mestrado em Lingüística Geral. A regulamentação da Pós-Graduação na USP ocorreu em 1970.

No Rio de Janeiro, em 1935, é criada a Universidade do Distrito Federal – UDF, que começou com diversas Escolas, dentre elas, a Escola de Filosofia e Letras. Esta escola compreendia as seções de Filosofia, Filologia, Grego e Latim, Filologia e Literatura Luso-Brasileira e Línguas Estrangeiras.

Mattoso Camara, que estudou na Escola da UDF, ministrou um curso de Lingüística no período de 1938 a 1939. Depois a UDF foi fechada para funcionar a Universidade do Brasil, criada em papel em 1937, e o curso não teve continuidade. Segundo relato de Mattoso Câmara, “a Lingüística era considerada como conhecimento básico para os professores de Língua e para os estudantes interessados em crítica literária” (Camara, 1976, p. 49).

Em 1950, Mattoso é convidado a lecionar Lingüística na então Faculdade Nacional de Filosofia dessa Universidade. Ainda dessa década, em 1958, ajudou a fundar o Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, com a participação dos professores Luís de Castro Farias e Darcy Ribeiro.

Em Brasília, no ano de 1962, é inaugurada a Universidade de Brasília – UnB, que teve como idealizador e como primeiro reitor, Darcy Ribeiro. A UnB foi estruturada em Institutos Centrais e Faculdades. Havia “cursos-tronco” de formação básica nos dois primeiros anos. Os cursos eram Direito, Administração e Economia, Letras Brasileiras, e Arquitetura e Urbanismo. Após a formação básica nesses cursos, os alunos seguiam para os Institutos e Faculdades.

No Instituto Central de Letras, havia aulas introdutórias de Lingüística ministradas por professores da Antropologia, no âmbito de um acordo firmado entre a UnB e o Summer Institute of Linguistics – SIL. O SIL já atuava no Brasil, em convênio com a Divisão de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro desde 1956.

No ano de 1962 é criado um Departamento de Lingüística que passou a ser chefiado pelo professor Aryon Dall’igna Rodrigues no ano seguinte, em 1963. Neste ano, foi criado do Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL, com o primeiro Curso de Mestrado em Lingüística do Brasil.

Em 1964, houve a intervenção na UnB e foi nomeado Reitor *pro tempore* o professor Zeferino Vaz. Isso é comentado num texto do site do Centro de Documentação – CEDOC da UnB, intitulado de *1964: O Sonho Interrompido*: “Dividido entre o papel de interventor e a empolgação com idéias de Darcy Ribeiro, Zeferino Vaz assume a defesa do projeto da UnB como um modelo para as demais Universidades brasileiras. Pressionado por todos os lados, anuncia sua renúncia ao cargo no dia 25 de agosto de 1965”⁷.

Seu lugar é ocupado por Laerte Ramos de Carvalho. Logo depois o *campus* da universidade é ocupado pela polícia. A universidade parou de funcionar. O curso de Lingüística foi interrompido, sendo retomado em 1966 e novamente suspenso em 1969. Oito anos depois, em 1977, o PPGL retomou suas atividades.

Em Araraquara, no ano de 1957, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, sendo autorizada a funcionar em 1959. Os primeiros cursos dessa Faculdade foram os de Letras e de Pedagogia. Em 1963, iniciou-se o curso de Ciências Sociais, que teve como chefe de Departamento, o filósofo Fausto Castilho. Em 1976, a FFCL foi incorporada à Universidade Estadual Paulista – Unesp. Em 1977, a FFCL mudou de nome para Instituto de Letras, Ciências So-

ciais e Educação – ILCSE e em 1989, para Faculdade de Ciências e Letras – FCL.

Os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Sociais da FFCL de Araraquara, em seus primeiros anos, tinham um currículo amplo, que abrangia diversos domínios das Ciências Humanas e da Filosofia. Fausto Castilho, chefe do Departamento de Ciências Sociais e professor de Filosofia dessa Faculdade, trouxe para a Instituição intelectuais de renome no Brasil e no exterior, dentre eles Jean-Paul Sartre, Michel Lebrun, Michel Debrun, Oswaldo Porchat e outros. As Letras não incluíam, desse modo, apenas disciplinas do domínio dos estudos da linguagem, como as línguas, as Literaturas e a Lingüística. Isso é um ponto importante a ser destacado, para uma maior compreensão da relação que foi estabelecida entre a Lingüística e as Ciências Humanas na Unicamp.

Outro aspecto importante, é que depois da criação da FFCL da USP, um grande número de FFCLs foi criado, sendo esta a estrutura predominante das faculdades no Brasil, de modo geral.

Na estrutura FFCL, ‘Ciências’ pode recobrir várias ciências, como, por exemplo, Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas, conforme as subsecções da Faculdade de Ciências nos primeiros anos da USP. ‘Ciências’ podia também recobrir outros domínios que não necessariamente estes.

A divisão entre os saberes Filosofia/Ciências/Letras, que funciona pela nomeação FFCL, produziu e continua produzindo efeitos nas práticas de ensino e pesquisa. Um deles é o *efeito de pertencimento* das disciplinas vinculadas a cada domínio, como sendo pertencentes ao domínio. Outro efeito da divisão que a nomeação FFCL produz é que *Letras não é ciência*. Desse modo, as disciplinas ministradas como disciplinas *das* Letras não significam enquanto ciência e, portanto, não significam enquanto disciplinas científicas.

No entanto, é importante destacar que qualquer divisão nos domínios do conhecimento se produz pelo esquecimento, pela falha e pela contradição, pois sempre há algo que *fica fora* e há algo que *está a mais*. A presença de disciplinas como Filologia e Lingüística, enquanto domínios do saber que geralmente se definem como científicos, é um exemplo interessante dessa contradição.

E é nesse espaço contraditório, constitutivo da própria divisão, que se abre a possibilidade de deslocamentos. Isso pode ser observado na FFCL de Araraquara, em que disciplinas como Filosofia e Ciências Sociais foram levadas para os cursos de Letras e de Pedagogia.

O processo de introdução da Lingüística no espaço científico brasileiro também pode ser observado no discurso geral sobre esse domí-

nio do saber em produções de diversos pesquisadores dos estudos da linguagem, materializado em documentos sobre associações e eventos científicos⁸. Para ilustrar, vale mencionar um evento ocorrido em 1958, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Trata-se do Primeiro Simpósio de Filologia Românica, promovido pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil⁹.

No texto apresentado nesse evento por Aires da Mata Machado, “Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica” (1976), o autor observa um grande crescimento dos estudos no domínio da Filologia, que levam a uma precariedade no cumprimento da tarefa de ministrá-la. A partir disso, o autor escreve:

Daí da conveniência de preconizar boa divisão do trabalho, para os meios não primarem sôbre o fim, e a urgência de munir o aluno das noções gerais e da visão especulativa que só a cadeira de lingüística pode preparar (p. 42).

E, ao final do texto, propõe a criação de uma cadeira de ‘Lingüística Geral’, ‘em caráter básico e introdutório’, e o estabelecimento de ‘um estudo autônomo de Dialetoлогия’.

Nas atas do debate que se realizou sobre esse trabalho, a proposta do estabelecimento da Dialetoлогия não foi muito discutida. Já a proposta da criação da cadeira de Lingüística gerou mais debate e acabou sendo aceita. Ao final da ata é apresentada a conclusão do debate:

essencialmente há a recomendação da criação de uma cátedra de lingüística geral nas faculdades de letras, como verdadeira aspiração geral. (p. 45)

Cabe destacar que esse evento ocorreu poucos anos antes do estabelecimento do currículo mínimo para o curso de licenciatura plena em Letras, em que a Lingüística foi incluída como disciplina obrigatória. Este currículo mínimo foi criado em 1962, por resolução do Conselho Federal de Educação – CFE.

Letras, no texto da resolução, designa um curso, que comparece organizado pela relação *língua x e Literatura de língua x*. Nessa relação, tanto a língua como a Literatura significam enquanto objetos a serem conhecidos, sendo que a Literatura faz parte da língua.

O artigo nº. 1 desta resolução expõe as disciplinas obrigatórias e eletivas do curso. Vejamos:

Art. 1º. – O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma abaixo indicada, além das matérias pedagógicas fixadas em Resolução especial:

1. Língua Portuguesa
2. Literatura Portuguesa
3. Literatura Brasileira
4. Língua Latina
5. Lingüística
- 6.8. Três matérias escolhidas dentre as seguintes:
 - a) Cultura brasileira
 - b) Teoria da Literatura
 - c) Uma língua estrangeira moderna
 - d) Literatura correspondente à língua escolhida na forma da letra anterior
 - e) Literatura Latina
 - f) Filologia Românica
 - g) Língua Grega
 - h) Literatura Grega (Conselho Federal de Educação, 1981, p. 417)

No parecer sobre essa resolução, do relator Valnir Chagas, há algumas justificativas a respeito da proposta de um currículo dividido em uma parte comum e outra diversificada. Embora não haja uma justificativa sobre a introdução de algumas como obrigatórias e outras como optativas, pode-se observar um breve comentário sobre as disciplinas que cada parte contém. Nesse comentário, algo se diz sobre a Lingüística:

Estas considerações nos levam a propor um currículo mínimo de Letras formado por uma parte comum e outra diversificada. A parte *comum* compreende Português com a respectiva literatura, Latim e os conhecimentos básicos de Lingüística necessários às línguas vernáculas e estrangeiras. Esse “básico” é o que nos parece exequível em âmbito nacional, nada impedindo que a escola dê maior amplitude aos estudos lingüísticos. Exatamente por isso, aliás, foi que substituímos por “Lingüística”, sem restrições ou ampliações, o título de “Introdução aos Estudos Lingüísticos” que inicialmente havíamos apresentado (*ibidem*, p. 415)

Nesse comentário, pode-se observar dois caminhos possíveis para a Lingüística. Ela pode ser uma matéria básica e introdutória ou um estudo mais amplo. Nos dois casos, está determinada ao estudo das lín-

guas vernáculas e estrangeiras enquanto *línguas a saber* e não enquanto *línguas a saber sobre*.

Cabe notar que o parecer não apresenta uma justificativa para a escolha da Lingüística como matéria obrigatória, mas há, em outra parte dele, justificativas para a introdução da Cultura Brasileira, da Teoria da Literatura e da Filologia como matérias optativas da parte diversificada.

Segundo o relator, seria ‘impraticável e desaconselhável’ incluí-las como obrigatórias. Sobre isso, escreve:

impraticável, por significar uma quebra de critério de flexibilidade que se adotou, visando o currículo verdadeiramente mínimo de oito matérias; e desaconselhável, porque duas dentre elas – Cultura Brasileira e Teoria da Literatura – constam pela primeira vez do currículo oficial, de sorte que lançá-las desde logo como obrigatórias implicaria admitir improvisações que da autenticidade levariam fatalmente ao descrédito (*ibidem*, p. 415).

O adjetivo ‘impraticável’ remete às três matérias, mas ‘desaconselhável’ remete apenas à Cultura Brasileira e à Teoria da Literatura. A Filologia seria ‘impraticável’, mas não ‘desaconselhável’, enquanto a Lingüística acaba por significar como praticável em oposição à Filologia. A praticabilidade da Lingüística, em oposição à impraticabilidade da Filologia, ao lado da falta de necessidade de justificar o estabelecimento da Lingüística como matéria obrigatória são pistas interessantes que mostram como a Lingüística já se sustenta no interior das Letras no plano de evidências historicamente construídas. Ao mesmo tempo, também são pistas interessantes do movimento de dissociação entre Lingüística e Filologia, no qual o estatuto de disciplina científica para a Lingüística vai adquirindo maior legitimidade.

Dessa maneira, no texto da resolução, a Lingüística, enquanto disciplina obrigatória significa como disciplina que descreve a língua. A Teoria da Literatura pode ou não ser escolhida e significa enquanto disciplina que interpreta textos literários. Na divisão entre disciplinas obrigatórias e eletivas está, em primeiro plano, conhecer uma língua x, descrevê-la e conhecer sua Literatura. Em segundo plano, está interpretar textos literários dessa língua.

Também em 1962, a lei Estadual n°. 7655 criou a Universidade de Campinas. A referida lei previa para a universidade os seguintes órgãos: Faculdade de Ciências, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Química Industrial, Instituto de Biologia, Instituto de Morfologia, Instituto de Química, Instituto de Física e Instituto de

Matemática. Naquele momento, as chamadas “humanidades” ainda não faziam parte do conjunto de órgãos previsto pela universidade.

Em 9 de setembro de 1965, o Conselho Estadual de Educação – CEE criou, via decreto, uma Comissão Organizadora da Universidade de Campinas incumbida de estudar e planejar a formação e instalação de suas unidades¹⁰. A pedra fundamental do *campus* da Universidade Estadual de Campinas foi lançada, oficialmente, em 5 de outubro de 1966. Esta data acabou por se tornar a data comemorativa do aniversário da universidade.

Ao lado disso, a Lei Estadual n°. 9715, de janeiro de 1967, alterou a redação da lei anterior, n°. 7655 e, dentre várias providências, incorporou à Unicamp a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Antes de traçar outros rumos, os estudos de Letras e de Linguística na Unicamp poderiam ter se mantido num caminho já existente no interior de uma FFCL, através de um Curso de Letras que tinha a Linguística como disciplina obrigatória de seu currículo mínimo. No entanto, esta faculdade foi desincorporada pelo governador Abreu Sodré no ano seguinte.

A constituição da Unicamp, sob a responsabilidade do reitor Zeferino Vaz, estava sendo pensada a partir de um ideal de integração interdisciplinar entre os Institutos. Uma proposta nesse caminho já tinha sido feita na UnB durante a década de 1960, por Darcy Ribeiro, com a criação de cursos tronco e o estabelecimento de Institutos Centrais e Faculdades. Como já foi dito, essa proposta fora vivenciada também por Zeferino Vaz, no período em que era reitor dessa universidade, de 1964 a 1965.

Em 1967, é criado o Conselho Diretor da Unicamp e iniciam-se, a partir daí, os trabalhos de elaboração dos Estatutos e do Plano Diretor da universidade.

Na constituição da Unicamp, a divisão das áreas de conhecimento se fez no papel e também no próprio projeto arquitetônico do *campus*. O Plano Diretor da Unicamp, elaborado nesse final da década de 1960, dividiu urbanisticamente as áreas de conhecimento em três grandes setores, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades – sendo que as Humanidades se dividiriam em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras e Instituto de Artes. Estes três grandes setores se instalaram no interior de uma estrutura circular, ao redor de uma grande praça central, onde foi construído o conjunto de edifícios do Ciclo Básico. No papel, os cursos de graduação eram divididos em dois ciclos, o ciclo básico e o ciclo profissional. Uma organização de ciclos semelhante a esta já havia sido praticada na UnB, anos antes.

3. Lingüística e Teoria Literária na “Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas”

Em reunião do Conselho Diretor, no ano de 1967, foi proposto o Departamento de Planejamento Econômico e Social – DEPES, como unidade inicial do futuro Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A constituição desse departamento e do Instituto ficou a cargo do filósofo Fausto Castilho.

No ano seguinte, outubro de 1968, é aprovada com unanimidade pelo Conselho Diretor da Unicamp a “Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas”. A Proposta é assinada por Fausto Castilho e, também, por um matemático, o professor Rubens Murillo Marques, coordenador do Instituto de Matemática. É um dos primeiros documentos de arquivo institucional relativos à constituição da Lingüística na Unicamp.

A Proposta foi elaborada entre 1967 e 1968, durante uma viagem de Fausto Castilho à Universidade de Besançon, na França. Durante este período, foram estabelecidos contatos com docentes e linhas de pesquisa em desenvolvimento naquela Instituição.

Uma Lingüística configurada a partir de estreitas relações com métodos matemáticos era uma destas linhas de pesquisa na Universidade de Besançon naquele momento. Outro aspecto interessante dessa universidade francesa foi assinalado por François Dosse (1991). Segundo o autor, em meados da década de 1960, a orientação nessa Instituição era “deliberadamente interdisciplinar”. Nessa universidade, escreve Dosse, “são construídas pontes entre os professores das faculdades de Letras e de Ciências a fim de se iniciar a aplicação de métodos de laboratório nas ciências humanas” (p. 228).

No texto da Proposta, a Lingüística é designada como ‘Lingüística matemática’ e como ‘disciplina’, dentre outras características. A Lingüística também se apresenta, por ‘sua metodologia’, como ‘padrão de referência obrigatório’ para ‘as disciplinas afins’ (as Ciências Humanas) e como ‘um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar’, não apenas no Instituto de Ciências Humanas, como também em outros Institutos.

Nesta proposta, há um item intitulado de “Lingüística e Colaboração Interdisciplinar”, do qual extraí o seguinte recorte, sobre a Lingüística:

Sua introdução no esquema integrado da Unicamp facilitará o trabalho interdisciplinar numa série de pontos-de-intersecção: Instituto Central de Matemática: lógica, teoria dos conjuntos, teoria da informação, estatística, computação;

Instituto Central de Biologia: código genético;

Instituto Central de Ciências Humanas: antropologia, psicologia, sociologia, economia, filosofia;

Instituto Central de Letras: fonemática, monemática, sintaxe, semântica lexicologia, linguística geral, estilística, dialetologia, plurilinguismo, filologia (métodos quantitativos de história de textos, pesquisas de datação, pesquisas de atribuição de autoria), procedimentos de tradução, métodos de crítica literária, teoria da literatura;

Instituto Central de Artes: processos de comunicação social, musicologia, estética;

Faculdade de Medicina: diagnóstico e tratamento da afasia.

Etc.¹¹

Em relação ao ‘Instituto Central de Letras’, um primeiro aspecto a destacar é o “Ante-Projeto dos Estatutos da Unicamp” (enviado ao CEE para aprovação, em maio de 1969) previa um Instituto de Letras, ao lado do IFCH e de outros Institutos e Faculdades. Para coordenar o IL, foi chamado pelo reitor da universidade, Zeferino Vaz, o professor Antônio Candido de Melo e Souza, que naquele momento não aceitou a proposta, mas participou indiretamente da constituição do Departamento de Linguística do IFCH, indicando alunos da USP para compor os primeiros quadros de docentes de Linguística.

Vemos, então, no recorte acima que, enquanto curso vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, ‘Linguística’, se distingue do campo/disciplina ‘Linguística Geral’ do Instituto de Letras (IL). A atuação da ‘Linguística’ enquanto ‘Linguística Geral’ nesse Instituto não deixa de significar enquanto uma disciplina obrigatória do currículo mínimo do Curso de Letras, muito embora não haja uma correlação idêntica entre as disciplinas do currículo mínimo e os campos/disciplinas do IL. Aliás, é interessante destacar que quase todos os campos/disciplinas citados como deste Instituto são vinculados à Linguística no item ‘Campos-de-estudo da Linguística’ desta Proposta, com exceção de três deles: Filologia, Métodos de Crítica Literária e Teoria da Literatura.

É possível considerar a existência de uma relação bi-direcional da Linguística e seus campos de estudo na interseção com o IL e seus campos disciplinares. Mas a colaboração interdisciplinar entre Linguística e Teoria Literária se faz de outro modo, já que a Teoria Literária não faz parte dos ‘Campos-de-estudo da Linguística’.

Os campos de estudo da Linguística, configurada enquanto ciência, como uma Linguística matemática, significam enquanto ciência tam-

bém. Já para a Filologia, para os Métodos de Crítica Literária e para a Teoria da Literatura isso não pode ser assegurado.

Do ponto de vista do científico, a colaboração interdisciplinar entre Lingüística e Teoria Literária segue uma direção: *Lingüística* → *Teoria Literária*. Um ponto interessante a destacar sobre isso é que embora seja a Lingüística que ocupe o lugar do científico, a possibilidade da relação *Lingüística* → *Teoria Literária* assegura o lugar para o científico também na Teoria Literária.

Cabe notar que não são indicados neste recorte (nem em outras partes do texto) quais seriam os pontos de intersecção que permitem colocar em relação Lingüística e Teoria Literária, assim como os demais campos disciplinares do IL e de outros Institutos. Isso tem a ver com o modo como a Lingüística é definida: em relação a outros campos, mas não positivamente em si mesma. Ou seja, não há uma formulação que diga diretamente o que é Lingüística, qual é o seu objeto e como este objeto é concebido.

Nesta proposta, ‘Instituto de Letras’ abriga outros sentidos que parecem *não cair bem* no próprio nome. As “Letras” da maioria das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não são as mesmas “Letras” deste ‘Instituto de Letras’. É como se fosse um “Instituto de Lingüística”, que inclui algumas disciplinas literárias.

Na relação de colaboração interdisciplinar entre o IFCH e o IL, pode-se observar o funcionamento dessa reorganização da divisão social do trabalho de leitura. De um lado, a necessidade de legitimação da Lingüística – enquanto Lingüística Matemática na Proposta – no lugar dos “cientistas” – que se distingue do lugar dos “literatos”. De outro, a Teoria Literária que, do lugar dos “literatos”, recebe contribuições advindas do espaço científico ocupado pela Lingüística.

4. Lingüística e Teoria Literária num Ofício do Conselho Diretor da Unicamp

O IFCH, sob coordenação de Fausto Castilho, previa, inicialmente, os seguintes cursos: Planejamento Econômico, Administração Geral, Ciências Sociais e Lingüística. A relação destes cursos já estava discriminada no “Ante-Projeto dos Estatutos da Unicamp”, que foram aprovados pelo CEE em julho de 1969, com algumas emendas. Uma destas emendas suprimiu o curso de Lingüística e criou o Bacharelado em Antropologia.

O texto que analisarei a seguir é um ofício do Conselho Diretor da universidade ao reitor Zeferino Vaz, de 25 de julho de 1969. Este ofício solicita ao reitor que diligencie junto ao CEE para que seja retirada a

referida emenda e mantida a graduação em Lingüística, nos termos do Anteprojeto. Neste ofício, a Lingüística é designada como ‘Lingüística Contemporânea’, ‘ciência recente, recentíssima mesmo’, ‘a nova ciência’, dentre outras características que podem ser observadas numa narrativa sobre sua constituição enquanto ciência. Vejamos um recorte desta narrativa:

A princípio não foi sem muito custo que ela [a Lingüística] pôde demarcar seu objeto. Parecia disputar a disciplinas literárias tradicionais a mesma porção do real. Pouco a pouco, entretanto, foi alargando sua faixa de interesse. Descobriu-o por fim não propriamente no uso literário, um dos muitos usos possíveis que se pode fazer de um idioma, mas no fenômeno mais amplo da comunicação, sob tôdas as suas formas. Incorporou depois os fenômenos de comunicação entre os animais, que passou a tratar como análogos à comunicação inter-humana e, hoje, se volta cada vez mais para os fatos de comunicação existentes entre os artefatos da indústria humana. É a disciplina que estuda o código como tal.

Êsse rodeio possibilitou o seu êxito rápido no caminho para constituir-se como Ciência Humana. Pela amplitude de seu objeto, transformou-se, no último decênio, no lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem.

Exerce êsse papel por uma série de razões. Em primeiro lugar, ela se antecipou às outras Ciências Humanas no emprêgo sistemático da matematização e dos modelos formais. Valendo-se de técnicas elaboradas pela lógica, pela Estatística, pela Teoria dos Conjuntos, pela Teoria da Informação, soube construir modelos que são facilmente transferíveis à Antropologia, à Sociologia, à Economia, à Política. Por outro lado, a pesquisa linguística, pela própria natureza do seu objeto, depende da colaboração das demais disciplinas humanas. (sublinhados do texto)¹²

É interessante destacar que em nenhuma parte deste ofício é enunciado o termo *língua*. A língua é significada enquanto *idioma*, *código* e instrumento de comunicação. O ‘fenômeno’ da comunicação inclui, de certo modo, também o uso literário do idioma. Concebido enquanto parte do fenômeno da comunicação, o uso literário do idioma fica subjugado à Lingüística, podendo ser analisado através das técnicas e métodos da Lingüística.

Nessa narrativa, a Lingüística precisa se distinguir da Literatura para se constituir enquanto ciência. O que legitima o estatuto da Lingüística

enquanto ciência é esse distanciamento da Literatura, a matematização e a dependência ‘da colaboração das demais disciplinas humanas’ (a interdisciplinaridade).

Mas aqui caberia uma pergunta: A designação de ‘disciplinas humanas’ recobre ‘disciplinas literárias’? Pois se recobre, a necessidade de distinguir Lingüística e Literatura não implicaria numa independência da Lingüística em relação à Literatura: a Literatura também teria algo com que colaborar com a Lingüística.

A possibilidade de elaborar uma pergunta como esta se deve a uma possibilidade de interpretação abrangente para formulação ‘disciplinas humanas’ que não é dada pelo próprio texto, mas vem de outros lugares, por exemplo, pela designação de ‘Humanidades’. Na Unicamp, este nome designa o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Letras e o Instituto de Artes do Plano Diretor elaborado pelo arquiteto João Carlos Bross (1970) e é, conforme descreve o arquiteto, um dos ‘três grandes setores’ das ‘Áreas de conhecimento’, que circundam o Ciclo Básico, ao lado de ‘Ciências Exatas’ e de ‘Biológicas’. Nesta divisão das áreas de conhecimento do Plano Diretor da Unicamp, os sentidos de ‘Instituto de Letras’ não correspondem necessariamente aos do ‘Instituto Central de Letras’ da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística.

No ofício do Conselho Diretor, as ‘Ciências do Homem’ são *reescritas* (Guimarães, 2002, 2004)¹³ como ‘Ciências Humanas’ e ‘disciplinas humanas’. A Lingüística é uma ‘Ciência Humana’, assim como a Antropologia, a Sociologia, a Economia e a Política. Nesta sobreposição ciência/disciplina, as ciências significam enquanto disciplinas, mas as disciplinas, não necessariamente podem significar enquanto ciências. E não há, no texto, uma reescritura para ‘disciplinas literárias’ como, por exemplo, “ciências literárias”. Estas pertenceriam, talvez, ao Instituto de Letras já previsto pelos Estatutos da Universidade.

Nesse sentido, o científico, além de continuar sendo um fator fundamental da distinção entre Lingüística e Literatura, também está relacionado à distinção entre IFCH e IL – presente na divisão entre os Institutos da Unicamp nos Estatutos, bem como no Plano Diretor desta universidade.

5. Lingüística e Teoria Literária em Documentos Enviados ao CEE para Reconhecimento de Cursos

Para observar os caminhos que as relações entre Lingüística e Teoria Literária vão tomando na constituição dos estudos da linguagem na Unicamp, analisarei a seguir alguns recortes de uma documentação enviada ao CEE para reconhecimento dos cursos de bacharelado em Ciências Sociais, Economia e Planejamento, e Lingüística. No capítulo

5 dessa documentação, nomeado de *Cursos*, há uma parte que traz explicações sobre os papéis das diversas disciplinas da grade curricular do curso de Lingüística. Nestas considerações, o papel da matematização deixa de ser tão enfatizado como era na Proposta de Criação do Grupo de Lingüística e no ofício do Conselho Diretor, embora continue forte. A Lingüística não é mais designada enquanto ‘Lingüística Matemática’, mas como ‘campo’ e ‘disciplina’ e não diretamente como ciência.

A disciplina Teoria Literária também faz parte dessa grade curricular. Vejamos abaixo um recorte dessa parte, que traz considerações relacionadas à Teoria Literária:

Ao mesmo tempo, aponta-se para direções onde a aplicação das noções e métodos lingüísticos tem sido mais fecunda (Análise do Discurso, Lingüística e Teoria Literária)¹⁴.

Embora não seja designada diretamente como ciência, a Lingüística significa enquanto ciência, através das noções e métodos que ela aplica sobre ela mesma e que são aplicados pela Análise do Discurso e pela Teoria Literária.

Neste texto, o científico mantém-se na relação *Lingüística* → *Teoria Literária*.

6. Lingüística e Teoria Literária no “Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras”

A relação entre Lingüística e Teoria Literária sofre alguns deslocamentos em projetos posteriores, elaborados para a criação de um Instituto de Letras.

O texto que analiso a seguir é o “Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras”, de 1975¹⁵.

Por um lado, o desenvolvimento da Lingüística, que conseguiu constituir-se como ciência descritiva e explicativa da linguagem. Por outro lado, a teoria da literatura que está em acelerado desenvolvimento, dispondo já de um instrumental razoavelmente preciso de análise.

Assim, a Lingüística e a Teoria da Literatura devem constituir o núcleo estrutural do novo Instituto de Letras, marcando sua contraposição com os Institutos de Letras tradicionais que resultaram de uma perspectiva histórico-comparatista.¹⁶

A legitimidade da Lingüística enquanto ciência, neste texto, é construída de modo diferente daqueles dos textos analisados anteriormente.

Ela se dá através de uma oposição direta com a perspectiva histórico-comparatista e através da referência ao método descritivo e explicativo, que remete à teoria gerativa de Noam Chomsky. Para esta teoria, é necessário que a Lingüística, para se constituir enquanto ciência, não seja apenas descritiva (condição colocada pelo corte saussuriano), mas seja também explicativa.

É interessante notar que a Lingüística que abrange a língua comparece não apenas como *ciência da língua*, mas como *ciência* (descritiva e explicativa) *da linguagem*.

Este modo como a Lingüística é definida não afeta a relação *Lingüística* → *Teoria Literária*, pautada pelo científico. No entanto, neste anteprojeto, há algumas características diferentes na relação. Elas podem ser observadas no recorte a seguir, que traz uma narrativa sobre os percursos da Teoria Literária:

Mais recentemente, pensou-se a possibilidade de transformação das especulações sobre o objeto literário em ciência. Essa última tendência relativizou-se de certa forma a importância da crítica na medida em que se propôs como atividade basicamente descritiva, tentando fundar-se em critérios e instrumentos sob certo ponto de vista objetivos e não valorativos. No entanto, o estágio atual desse domínio não autoriza estritamente a configuração da Teoria Literária como ciência, não se tendo, além disso encontrado um sucedâneo eficaz à percepção individual do texto literário, que sempre fundou a atividade crítica. Com isso não se pretende negar o mérito das pesquisas empreendidas nesse sentido, mas salientar que até o presente, elas contribuíram para uma maior objetivização da crítica e não para sua anulação. Uma teoria literária capaz de se servir dos procedimentos modernos de delimitação de unidades e seu relacionamento no interior do próprio texto, ao mesmo tempo estimulando a avaliação estética e aberta à evolução do pensamento nas demais ciências humanas, constituiria o suporte indispensável à renovação dos estudos nas diferentes literaturas.¹⁷

A Teoria Literária mantém aberto um espaço para uma contribuição científica da Lingüística sem deixar de lado seu espaço próprio. Além disso, ela não comparece apenas em relação à Lingüística, mas também às 'demais ciências humanas'. Estas últimas também podem contribuir com a renovação de seus estudos. Essa configuração é prevista para o curso de Pós-Graduação em Teoria Literária, que

contaria com os recursos humanos desse grupo [de Teoria Literária], com a dedicação parcial do Departamento de Lingüística e com a participação complementar dos pesquisadores do IFCH, sobretudo no que se refere aos cursos de Filosofia, Antropologia, Sociologia, Política e História.¹⁸

Dentro desta configuração, uma das responsabilidades propostas para o grupo de Teoria Literária é:

a) elaborar um projeto detalhado de pós-graduação em Teoria Literária correspondendo com os princípios gerais enunciados na justificativa acima, garantindo nessa elaboração o equilíbrio desejado entre uma postura interpretativa e uma descritiva.¹⁹

Mesmo através dessa relação com as Ciências Humanas, é interessante notar que é a partir da Lingüística que o científico vai significando.

De um lado, a interpretação e os critérios valorativos que remetem à Teoria Literária. De outro, a descrição, a explicação, os critérios objetivos, os procedimentos modernos de delimitação de unidades, que são disponibilizados para a Teoria Literária pela Lingüística.

Desse modo, parece se construir, no Anteprojeto, um espaço para uma “disciplina “de entremeio”, incapaz de se dispor incondicionalmente, nem do lado dos “literatos” nem do lado dos “cientistas”” (Pêcheux, 1982). Mas este espaço não é o da Lingüística, e sim o da Teoria Literária que, embora sustentada por uma concepção de completude, reconhece a importância da descrição, sem deixar de lado a interpretação. Para a Lingüística, o espaço da interpretação não é reconhecido: este é um dos efeitos do científico sobre ela.

7. Lingüística e Teoria Literária em Jornais Campineiros

O lugar do científico ocupado pela Lingüística pode ter tido um papel importante no destaque dado a ela nas manchetes de jornais da cidade de Campinas quando do anúncio da criação de um novo Instituto.

No Diário do Povo, de 26 de agosto de 1976, a manchete é a seguinte:

Unicamp vai implantar o Instituto de Lingüística (p. 10).

No Correio Popular, de 29 de agosto de 1976, a manchete é:

Instituto de Lingüística na Unicamp (p. 12).

No corpo da reportagem de ambos os jornais, ‘Instituto de Lingüística’ é reescrito como ‘Instituto de Lingüística e Estudos Literários’. Este último nome já estava presente em alguns textos elaborados para a criação do IL, após o “Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras”, ao passo que o nome ‘Instituto de Lingüística’ não estava presente em nenhum destes textos. O artigo definido ‘o’ em ‘o Instituto de Lingüística’ da manchete do Diário do Povo produz um efeito de pré-construído de que este Instituto já existia, já era previsto.

Em relação a isso, é interessante lembrar que a Lingüística já tinha sido notícia em 1968, com a criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas. ‘Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências’ era a manchete do jornal Correio Popular, de 10 de outubro de 1968. A Lingüística já tinha uma memória construída em torno do científico. A nomeação ‘Instituto de Lingüística’ nos dois jornais da cidade é um fato interessante, produzido pelos efeitos do científico sobre a relação entre Lingüística e Estudos Literários. No nome ‘Instituto de Lingüística e Estudos Literários’, presente nos jornais, o conectivo ‘e’ não estabelece uma relação de igualdade entre os objetos por ele relacionados.

Mas o nome ‘Instituto de Lingüística e Estudos Literários’ significa mais do que isso nos projetos de um novo Instituto. Ele se constrói a partir de uma demanda de sentidos que não “ganhava corpo” no nome ‘Instituto de Letras’. Pois o nome ‘Instituto de Letras’, embora passasse a designar novas propostas sobre os estudos da linguagem, conflitava com outros sentidos que já existiam para ele.

O nome ‘Instituto de Lingüística e Estudos Literários’ faz parte do processo de construção da nomeação ‘Instituto de Estudos da Linguagem’, no qual está em jogo o processo de reorganização das relações entre Lingüística e Teoria Literária. Estes nomes não se enquadram na divisão ciência/não-ciência que as ‘Humanidades’ do Plano Diretor da Unicamp e os Estatutos da Unicamp produziam. A divisão ciência/não-ciência deixa de ser entre Institutos (IFCH/IL) para ser departamental (Departamento de Lingüística/Departamento de Teoria Literária).

8. Lingüística e Teoria Literária no Projeto “Instituto de Estudos da Linguagem – IEL”

Passemos, então, para uma análise do projeto “Instituto de Estudos da Linguagem – IEL”²⁰. O projeto IEL foi aprovado pelo Conselho Diretor da Unicamp em 14 de dezembro de 1976, o que levou algumas alterações nos Estatutos e Regimento Geral da Unicamp. A proposta destas alterações foi aprovada pelo CEE em 21 de março de 1977, pelo

decreto 9597, pelo governador Paulo Egydio Martins, e publicado no diário oficial, em 22 de março de 1977.

A elaboração deste projeto se fez sob a coordenação de Antonio Candido de Mello e Souza, por uma comissão de professores de Lingüística e Teoria Literária: Aryon Dall'Igna Rodrigues, Ataliba Teixeira de Castilho, Carlos Alberto Vogt, Haqira Osakabe, Maria Lucia Dal Farra, Vera Maria Chalmers, Yara Frateschi Vieira.

O projeto IEL é dividido em três partes: Definição do IEL, Finalidades do IEL, e Justificativa. A primeira parte se apresenta da seguinte maneira:

01. Definição do IEL:

Unidade de ensino e pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação, destinada a formar docentes e pesquisadores no domínio dos estudos sobre a linguagem em suas diversas manifestações.²¹

O 'domínio dos estudos sobre a linguagem' recobre sentidos diferentes dos sentidos recobertos pelo domínio das Letras. Os estudos da linguagem reúnem no seu interior, o estudo da língua, objeto da Lingüística e o estudo da Literatura, objeto da Teoria Literária, marcando uma diferença com a organização *língua x e Literatura de língua x* do currículo mínimo. Isso porque o domínio dos estudos *sobre* a linguagem delinea o modo como a linguagem deve ser estudada. Não é *a* linguagem, é *sobre a* linguagem. Não é conhecer *a* língua e *a* Literatura, mas produzir conhecimento *sobre a* língua e *sobre a* Literatura.

As diversas manifestações da linguagem são objeto de estudo da Lingüística e da Teoria Literária, que são definidas como 'duas disciplinas gerais' e 'núcleo do novo Instituto'.

Organizado pela Lingüística e pela Teoria Literária, o IEL não é nem um IL onde a ciência *não estaria bem encaixada* e nem um Instituto de Lingüística onde só haveria espaço para a ciência. É as duas coisas e a possibilidade de trabalho no entremeio. E, ao mesmo tempo, é uma soma que divide.

Neste projeto, a Lingüística é significada enquanto ciência, do mesmo modo que no Anteprojeto, embora isso seja colocado de modo menos direto. A Teoria Literária também é significada do mesmo modo que no Anteprojeto, em relação à Lingüística (delimitando os limites de atuação desta) e às Ciências Humanas, em que ambas são para ela uma contribuição.

Um aspecto que ainda não estava muito desenvolvido no Anteprojeto, mas que comparece bem definido no projeto IEL é a consideração da linguagem como 'denominador comum' destas 'duas disciplinas gerais':

tanto a Lingüística quanto a Teoria Literária têm por denominador comum a linguagem, ponto de partida do conhecimento propriamente humano, condição do desenvolvimento cultural. Tomada como terreno básico, a linguagem permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas. Um Instituto universitário, voltado ao estudo da linguagem humana compreendida em toda a sua plenitude, se caracterizará, pois, pela unidade fundamental do seu objeto, assim como pelos contatos que, a partir do mesmo, se estabelecerão com os demais setores universitários. É importante ressaltar o que há de comum e o que há de diferente, inclusive porque assim será possível focalizar com maior eficiência o problema da formação do especialista em língua e do especialista em literatura, evitando a posição tradicional, em grande parte utópica, do especialista em ambas.²²

O lugar do científico, que antes determinava uma direção para a relação entre Lingüística e Teoria Literária, é amenizado pela consideração da linguagem como ‘denominador comum, ‘terreno básico’ que ‘permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas’. Dessa maneira, a relação *Lingüística* \leftrightarrow *Teoria Literária* ganha um espaço de legitimidade significativo.

A linguagem, como denominador comum, não apaga os diferentes objetos e objetivos próprios da Lingüística e da Teoria Literária, ela convive nestes dois espaços, sendo recortada e dividida por eles. De um lado, o espaço da Teoria Literária, demarcado no entremeio entre descrição e interpretação. De outro lado, o espaço da Lingüística que, limitada pelo lugar do científico, se mantém no espaço da descrição e da explicação.

Isso não significa, é claro, que estes domínios do saber tenham sido praticados na Unicamp segundo esta organização. Nem que não houvesse espaços de contradição nestes projetos, onde os sentidos podem ser outros.

Considerações Finais

Como observei já no início deste trabalho, os *dizeres sobre* a Lingüística e a Teoria Literária nos materiais de arquivo institucional da Unicamp não são necessariamente os mesmos que os praticados pelos estudiosos da linguagem dessa universidade. E não é da mesma maneira que um produz efeito sobre o outro. Esses *dizeres* têm sua especificidade, sua materialidade.

A relação entre esses dizeres é construída historicamente, sem que haja um início demarcável para ela ou uma anterioridade dos dizeres de um tipo sobre os outros. Eu diria que ela funciona na tensão entre as políticas administrativas institucionais e o trabalho intelectual, sendo que a materialidade lingüística desses dizeres se constitui a partir de condições de produção específicas. Condições que determinam o modo como os sujeitos e os sentidos se significam nos diferentes tipos de textos produzidos, e o modo como eles os significam.

Nas condições de produção da institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp não há, em nenhum dos projetos, uma explicitação direta e detalhada das perspectivas teóricas a partir das quais os domínios da Lingüística e da Teoria Literária são descritos. E nas descrições, os domínios poucas vezes são definidos *como x, em oposição a uma teoria y* (se há uma oposição, há *uma* teoria que é a atual e *outra(s)* teoria(s) que comparece(m) como sendo de um passado). Um momento bastante significativo em que há essa oposição é quando a lingüística comparece em oposição à perspectiva comparatista, como no caso do Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras.

Nos projetos, de modo geral, vemos que essas políticas administrativas institucionais sobre os sentidos desses domínios do saber produziram uma Lingüística e uma Teoria Literária consensuais. Não há polêmica quando se definem os domínios. O que não significa que ela não exista. Ou seja, que não haja relações de força e que não haja uma perspectiva dominante no consenso. Ao lado disso, em todos os projetos, a Lingüística é ciência e a Teoria Literária não é.

Mas, para além das polêmicas invisíveis desses textos, há outras, bastante visíveis, que comparecem de outras maneiras nesses projetos. Como nos lugares institucionais em que a Lingüística foi introduzida na Unicamp (inicialmente, no interior de um Instituto de Ciências Humanas e, posteriormente, no interior de um Instituto de Estudos da Linguagem), que se afastavam da estrutura estabelecida pelo currículo mínimo. O processo de constituição da Lingüística nesses lugares institucionais gerou inúmeros conflitos entre a Unicamp e os CEE e CFE.

Sobre isso, vale salientar que mesmo no curso de Letras, que seguia a estrutura estabelecida pelo currículo mínimo, havia uma diferença significativa em relação a esse currículo. Pois, como se viu anteriormente, na relação *língua portuguesa e Literatura da língua portuguesa* o objetivo não era *saber a língua e a Literatura*, mas *produzir saber sobre a língua e, notadamente, produzir saber sobre a Literatura*.

Mas a polêmica pode emergir, a partir desses projetos, em outros lugares. Como, por exemplo, pela contradição produzida no efeito de pertencimento de determinados domínios do saber ao domínio da Lin-

güística (dois domínios bastante ilustrativos são a Análise do Discurso e a Pragmática). Efeito este produzido com a institucionalização desses domínios enquanto *disciplinas* do *Curso* de Lingüística. Vêem-se aí as políticas administrativas institucionais sobre os saberes (sua disciplina- rização na Instituição) se sobrepondo à sua configuração epistemoló- gica. Ou seja, embora epistemologicamente o domínio da Análise do Discurso, por exemplo, não se inscreva no âmbito da Lingüística em sua fundação, o fato de esse domínio do saber ter sido institucionalizado enquanto *disciplina* do *Curso* de Lingüística na Unicamp é um aconte- cimento significativo na legitimação de um dizer que situa o analista de discurso enquanto lingüista.

Essa tensão entre as políticas administrativas institucionais e a confi- guração epistemológica de um saber é bem sucedida nas intermináveis discussões sobre o estatuto da Lingüística enquanto ciência²³. Sobre esse ponto, é importante lembrar que uma pergunta como *A Lingüística é ci- ência?* faz todo sentido nos dias de hoje. Ela está presente, por exemplo, numa obra recente, *Conversa com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística* (Cortez & Xavier, 2003), que reúne entrevistas com diver- sos lingüistas, muitos deles da Unicamp²⁴. Essa pergunta teve respostas bastante variadas. Trago, aqui, o início de cada uma delas:

“Você pode até, em alguns casos, identificar no trabalho da lin- güística aquilo que nos habituamos a considerar um trabalho de cientista.”

“Acho que sim. Quer dizer, tenho um recorte dela que se enqua- dra perfeitamente aí.”

“Essa questão envolve dois problemas e duas questões normativas também.”

“Agora você me fez lembrar aqueles manuais de filosofia que a gente usava no segundo grau, no meu tempo, em que toda dis- cussão começava sempre assim: tal coisa é uma ciência ou é uma arte?”

“Nós que nos denominamos lingüistas acreditamos que efetiva- mente fazemos ciência.”

“Bom, depende do conceito que a gente tem de ciência.”

“Bom, depende do conceito que tivermos de ciência.”

“Sim! Não há dúvida.”

“Olha, temos que começar perguntando assim: aquilo que as pes- soas dizem que é ciência é ciência?”

“Depende da definição de ciência.”

“Com certeza.”

“Eu acho que a lingüística é uma ciência se eu tomo a lingüística

como uma investigação controlada que tem resultados, alguns deles reprodutíveis, outros não, por suas condições de produção.”

“Esta talvez seja a pergunta mais difícil de responder, porque a tradição dos estudos lingüísticos é uma tradição que vem desde a Antiguidade e fala-se, marca-se que historicamente, a partir do século XX, essa tradição começa a ter e a ser candidata a um estatuto científico.”

“Pois é, foi a isso que eu respondi. Ela tem, a meu ver, pelo menos um caráter científico, ao pretender descrever e explicar os fatos lingüísticos.”

“Eu acho que há aspectos, pedaços da lingüística que são científicos, são ciência.”

“Puxa vida! Eu, em curso introdutório, nem toco mais nessa questão!”

“Depende de como você entende o que seja ciência.”

“Ah, totalmente.”

Nessas respostas, pode-se observar que o estatuto da Lingüística enquanto ciência não é consensual. É significativo, no entanto, o fato de não haver nenhuma resposta totalmente negativa, índice da importância em se pensar sobre essas polêmicas, visíveis e invisíveis, que atravessam as divisões produzidas sobre os diversos nomes que designam os estudos da linguagem (atualmente, no espaço científico brasileiro, são bastante freqüentes nomes como: Lingüística, Teoria Literária, Ciências da Linguagem, Estudos da Linguagem, etc.) e os efeitos do científico sobre eles. Mas isso fica para outra história.

Notas

1. Esse trabalho se insere no interior do projeto Programa interinstitucional História das Ideias Lingüísticas – HIL (acordo Capes/Cofecub) e faz parte de minha pesquisa de doutorado *Sentidos de Lingüística no Processo de Institucionalização da Lingüística na Unicamp* (proc. Fapesp 04/13249-8), desenvolvida sob orientação da professora Claudia Pfeiffer.

Uma primeira versão desse texto foi apresentada como trabalho final da disciplina Tipologia do Discurso, ministrada pela professora Eni Orlandi, no segundo semestre de 2005. Uma versão mais elaborada deu origem a meu trabalho de Qualificação em Análise do Discurso, defendido em 2006, sob a orientação da professora Eni Orlandi e tendo como membros da banca a professora Suzy Lagazzi e a professora Claudia Wanderley. Esse trabalho foi apresentado de maneira resumida no II Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso – II SEMAD, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em junho de 2006. A presente versão é um pouco menor que o trabalho de Qualificação. Agradeço as professoras Eni Orlandi, Suzy Lagazzi e Claudia Wanderley,

assim como minha orientadora, a professora Claudia Pfeiffer, pelas conversas sobre esse trabalho, que muito contribuíram para a o andamento de minha tese e para a elaboração da presente versão.

2. Tomo o conceito de recorte como uma unidade discursiva, na concepção de E. Orlandi (1984). Segundo a autora, “não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem” (p. 14). Os recortes efetuados pelo analista são feitos a partir de uma determinada posição teórica e dependem da pergunta que a análise procurará responder.

3. Este ‘vice-versa’ não está sendo considerado a partir de uma idéia de simetria. A relação entre os dizeres é de tensão, que é dissimétrica.

4. Vale lembrar aqui de outras relações de nomes que, dependendo das condições em que são formulados, podem se recobrir ou se distinguir, como Gramática, Filologia, Linguística, por exemplo. Um texto bastante interessante que analisa a relação contraditória entre estes domínios do saber é “Gramática, Filologia e Linguística” (Orlandi, 2002a).

5. O presente trabalho não se detém numa análise sobre os efeitos de sentido destas diferentes nomeações. Tais nomeações são analisadas apenas a partir das distinções, produzidas nos textos entre, de um lado, Linguística e Estudos Linguísticos e, de outro, Literatura, Estudos Literários, Teoria da Literatura e Teoria Literária.

6. Compreensão, no sentido proposto por E. Orlandi (1988), que distingue *inteligível*, *interpretável* e *compreensível*. Segundo a autora, “para se chegar à compreensão não basta interpretar, é preciso ir ao contexto da situação (imediate e histórico) (...) O sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição, interpreta. O sujeito-autor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção de sua leitura, compreende” (p. 116).

7. Universidade de Brasília. Site do Centro de documentação da UnB. “1964: O Sonho Interrompido”. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso em: 10 out. 2008.

8. Aqui cabe destacar os trabalhos de Eni Orlandi (2002c) e Claudia Pfeiffer (2007) sobre a história das Associações e dos Congressos vinculados a elas no Brasil, notadamente sobre o lançamento da Abralín, do GEL e da Anpoll.

9. Esse evento contou com participantes do Brasil e do exterior. Do Brasil: Ainda Bianchini (Universidade do Brasil), Aires da Mata Machado Filho (Universidade de Minas Gerais), Albino de Bem Veiga (Universidade do Rio Grande do Sul), Antenor Nascentes (Universidade do Distrito Federal), Antônio Joaquim de Figueiredo (coronel-professor representante do Exército – Colégio Militar), Antônio Houaiss (Ministério das Relações Exteriores), Antônio José Chediak (Prefeitura do Distrito Federal), Armando Tonioli (Universidade de São Paulo), Augusto Magne (Universidade do Brasil), Cândido Jucá Filho (presidente da Academia Brasileira de Filologia), Astério de Campos (Instituto de Educação), Celso Ferreira da Cunha (Universidade do Brasil), Ernesto Faria Júnior (Universidade do Brasil), Ismael de Lima Coutinho (Universidade do Estado do Rio), José Carlos Lisboa (Universidade do Brasil e Universidade de Minas Gerais), José Lourenço de Oliveira (Universidade de Minas Gerais), Mauro Gomes Ferreira (major-professor representante do Exército – Colégio Militar), Nelson Rossi (Universidade da Bahia), Serafim Pereira da Silva Neto (Universidade do Brasil), Sílvio Edmundo Elia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Sílvio Júlio de Albuquerque Lima (Universidade do Brasil) e Theodoro Henrique Mauer (Universidade de São Paulo). Do exterior: Diego Catalán Menéndez Pidal (Universidade de La Laguna), Eugenio Asensio (Instituto Espanhol de Portugal), Francisco Heron de Alencar (Leitor da Universidade de Paris), I. S. Révah (École des Hautes Études da Universidade de Paris), José Gonçalo Herculano (Universidade de Coimbra), Joseph M. Piel (Universidade de Colônia), Luis

Felipe Lindley Cintra (Universidade de Lisboa), Manuel Alvar (Universidade de Granada), Manuel Rodrigues Lapa (professor visitante da Universidade do Brasil), Maria Adelaide do Vale Cintra (Centro de Estudos Filológicos, de Lisboa) e Urbano Tavares Rodrigues (Universidade de Lisboa).

10. Essa comissão foi composta pelos professores Zeferino Vaz (presidente), Paulo Gomes Romeo e Antonio Augusto Almeida.

11. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. Proposta de Criação do Grupo de Linguística no Instituto de Ciências Humanas. Campinas, out. 1968. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-III cx 5 mc 01.

12. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz. Campinas, jul. 1969. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-III cx 5 mc 01.

13. Segundo o E. Guimarães, a reescrituração “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (Guimarães, 2004a: p. 17). Para E. Guimarães (2002), ao redizer o que já foi dito, produz-se uma deriva do sentido (o autor toma o termo ‘deriva’ no sentido que lhe deu M. Pêcheux (2002) em *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*). Em outras palavras, segundo Guimarães, os procedimentos de reescrituração são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. Procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse e etc. são procedimentos de deriva, de reescrituração.

14. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Linguística, ministrados por este Instituto*. Cursos. Processo 2965, 1 vol. Campinas, 1972-74. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Reg. 8541/72, fl. 121.

15. Uma cópia deste anteprojeto encontra-se arquivada nos processos do Instituto de Letras como um anexo do documento “Implantação do Instituto de Letras – definição de etapas”. Nessa cópia anexa não há qualquer informação sobre a autoria do anteprojeto. No entanto, no documento de implantação do Instituto de Letras, que apresenta o anteprojeto como anexo consta a informação de que ele foi “apresentado através do IFCH ao Magnífico Reitor da UNICAMP no início do ano letivo de 1975”. Num ofício do professor Carlos Vogt (no cargo de Coordenador Associado do Instituto de Letras e de Chefe do Departamento de Linguística) que encaminha o documento de implantação do Instituto de Letras ao reitor, lemos: “Tal documento constitui uma primeira definição das etapas para esta implantação e se desenvolve dentro do espírito e dos objetivos definidos no primeiro documento elaborado pelo Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza”. “Tal documento” refere-se ao documento intitulado de “Implantação do Instituto de Letras – definição de etapas”. É bastante provável que “o primeiro documento elaborado pelo Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza” seja este “Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras”. Este anteprojeto se contrapõe a um projeto anterior, enviado ao reitor em 1974, com uma proposta de Instituto de Letras que seguia os moldes já existentes das Faculdades de Letras.

16. Instituto de Letras. “Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras”. *Projeto de Estruturação*. Processo n°. 2448, 1975, fl. 44.

17. *Ibidem*, fl. 45.

18. *Ibidem*, fl. 46.

19. *Ibidem*, fl.47.

20. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Processo 7968/76. Campinas, 1976-77. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Reg. 18315/76.

21. *Ibidem*, fl. 6.

22. *Ibidem*, fl. 9.

23. Isso leva a pensar como *uma questão epistemológica* não pode ser *uma questão puramente epistemológica*, justamente porque não é possível desvincular o ideológico e o político do epistemológico.

24. Os professores entrevistados são os seguintes, seguindo a ordem do livro: Maria Bernadete Marques Abaurre, Eleonora Cavalcanti Albano, José Borges Neto, Ataliba de Castilho, Carlos Alberto Faraco, José Luiz Fiorin, João Wanderley Geraldi, Francisco C. Gomes de Mattos, Rodolfo Ilari, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Luiz Antonio Marcuschi, Maria Cecília Mollica, Diana Luz Pessoa de Barros, Sírio Possenti, Kanavillil Rajagopalan, Maria Martins Margarida Salomão, e Carlos Vogt.

Referências Bibliográficas

- BROSS, João Carlos. “Considerações sobre o Plano Diretor da Universidade Estadual de Campinas”. In: Órgão Informativo do Diretório Acadêmico Adolfo Lutz. *Revista nº 0. Universidade Estadual de Campinas*. 1970. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. “A Linguística Brasileira”. In: NARO, Antonius Julius. *Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação*. Brasília, 1981, 4 ed.
- CORREIO POPULAR. “Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências”. Campinas: 10 de outubro de 1968.
- _____. “Instituto de Linguística na Unicamp”. Campinas: 29 de agosto de 1976.
- DIÁRIO DO POVO. “Unicamp vai implantar o Instituto de Linguística”. Campinas: 26 de agosto de 1976.
- DOSSE, François (1991). *História do Estruturalismo I. O Campo do Signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- FOUCAULT, Michel (1970). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, 4ed.
- GUILLAUMOU, Jacques & MALDIDIER, Denise (1984) “Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História”. In: ORLANDI, ENI (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 2 ed.
- GUIMARÃES, Eduardo (2002) *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. (2004). *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.

- INSTITUTO DE LETRAS. *Projeto de Estruturação*. Processo 2448. 1975-76. Reg. 5895/75. “Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras”. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Organização*. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01. “Proposta de Criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas”, outubro de 1968;
- _____. *Organização*. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01. Secretaria Geral da Unicamp. Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz, julho de 1969. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- _____. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Processo 2965, 1º volume. 1972-74. Reg. 8541/72. “Cursos”. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- _____. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Processo 7968/76. 1976-77. Reg. 18315/76. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- LECOURT, Dominique (1972). *Para uma crítica da epistemologia*. Lisboa : Cooperativa Editora e Livraria; Fergráfica. Artes Gráficas, 1980.
- MACHADO, Aires da Mata. “Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica” In: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1976.
- ORLANDI, Eni. (1984) “Segmentar ou Recortar”. In: GUIMARÃES, EDUARDO (ed.) *Série Estudos. Lingüística: Questões e Controvérsias*, n 10. Uberaba: Fiube.
- _____. (1988) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.
- _____. (2002a) *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002b) “A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos. História das Idéias Lingüísticas*, n. 42. Campinas: IEL/Unicamp.
- _____. (2002c) “Ir ao Congresso: fazer a história das idéias lingüísticas?”. *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (1982) “Ler o Arquivo Hoje”. In: ORLANDI, ENI (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 2 ed.

- _____. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, 3ed.
- PFEIFFER, Claudia. (2007). “A Lingüística nas associações: Um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística”. In: ORLANDI, ENI (org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- SILVEIRA, Souza da. “Prefácio do Dr. Souza da Silveira à Primeira Edição”. In: CAMARA JR, JOAQUIM MATTOSO. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970, 4 ed.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Site da UnB. “História da Universidade de Brasília”. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/unb/historia/resumo.php>. Acesso em: 10 out. 2008.
- _____. Site do Laboratório de Línguas Indígenas. “Lingüística das Línguas Indígenas na UnB. Breve Histórico”. Disponível em: <http://www.unb.br/il/lablind/historico.htm>
- _____. Site do Programa de Pós-Graduação em Lingüística. “Histórico”. Disponível em: http://www.unb.br/il/liv/pos/pos_historico.htm
- _____. Site do Centro de documentação da UnB. “1964: O Sonho Interrompido”. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso em: 10 out. 2008.
- UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UC). *Anexos*. Ano: 1967. 562/67. Reitoria/APP, 111/67, cx 15. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. “Apresentação”. Site da Unesp. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/instituicao/index.php>. Acesso em: 10 out. 2008.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Guia Letras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1966.
- _____. Site do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. “Criação da Universidade de São Paulo (1934)”. Contém um fragmento do Decreto Estadual de fundação da Universidade de São Paulo, n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934.htm>. Acesso em: 10 out. 2008.
- _____. Site do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. “Histórico”. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/historico.htm>. Acesso em: 10 out. 2008.
- _____. Site do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. “Apresentação do Departamento”. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/departamento.htm>
- VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. “A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil”. In: *Fó-*

rum Educacional. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/fran/artigos/federal.html>. Acesso em: 10 out. 2008.

XAVIER, Antonio Carlos & CORTEZ, Suzana (2003) (orgs.). *Conversas com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística*. São Paulo: Parábola.

